

NOTA TÉCNICA 04/2017

ASSUNTO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL LGBT

A presente nota técnica visa subsidiar teórica, técnica e politicamente o Gabinete da Superintendência de Apoio aos Direitos Humanos e do Secretário da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, no que se trata sobre a participação social e política do movimento LGBT na Bahia, buscando apresentar elementos históricos e políticos para as falas dos gestores e representantes da SJDHDS na Reunião Ordinária e Assembleia de Posse, que acontecerá nos dias 23 e 24 de março de 2017, nesta capital.

SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT NA BAHIA

Os registros sobre a trajetória histórica da organização política e social da população LGBT no Brasil demonstra a contribuição expressiva do ativismo baiano, tanto no que diz respeito ao processo de auto-organização e construção de uma agenda pró LGBT, quanto da participação das lutas gerais pela efetivação da democracia e dos direitos humanos. Não a toa, a notoriedade de grupos e coletivos baianos, como o Grupo Libertário Homossexual – GLH (1979), Grupo Gay da Bahia - GGB (1980), o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids na Bahia – GAPA (1988), a Associação de Travestis de Salvador – ATRAS (1995) e ativistas como Lurdinha, Keila Simpson, Luiz Mott e tantas(os) outras(os) que fizeram e ainda fazem história nessa caminhada de luta pela vida e dignidade humana.

Após o período de redemocratização do país, as lutas sociais pelo reconhecimento, ampliação e efetivação da cidadania se tornaram o mote dos movimentos sociais. Até os anos 2000, agenda do movimento LGBT nacional e baiano era centrada na luta pelo reconhecimento dos direitos civis. Em 2004, o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciativa pioneira na América Latina, é um marco no processo de reconhecimento e

institucionalização das necessidades sociais dessa população por parte do Estado, bem como demonstra o amadurecimento e o engajamento político do movimento LGBT, que passa a colocar no centro das suas questões as reivindicações por políticas públicas sociais, afinal enfrentar as desigualdades sociais exige por parte dos poderes públicos, que sejam consolidadas condições e possibilidades de acesso aos bens e serviços sociais aos grupos e sujeitos historicamente excluídos.

É nesse contexto, que em 2007, surge o Fórum Baiano de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instância organizativa regional, que surgiu no intuito de organizar e fortalecer o movimento baiano, congregando mais de 80 entidades de diferentes territórios de identidade. **O Fórum Baiano LGBT desde então tem sido protagonista na construção dos espaços de participação e controle social, participando da criação e consolidação do Comitê Estadual de Políticas LGBT, deste Conselho Estadual criado em 2014, das três conferências estaduais realizadas até então, na criação do Núcleo de Políticas LGBT da SJDHDS (recentemente transformado em estrutura de Coordenação), bem como realizando agendas importantíssimas para o ativismo baiano do ponto de vista organizativo e de incidência política, como as marchas nacionais e estaduais contra a LGBTfobia e o Maio da Diversidade.**

Nesse sentido, é histórica e real o protagonismo do movimento LGBT baiano no que se refere ao processo de construção e institucionalização das políticas voltadas para o enfrentamento à violência contra a população LGBT e para a promoção da cidadania, através da sua capacidade de diálogo, articulação e pressão social feita para com os poderes públicos estaduais, ou seja, do exercício de uma participação social orgânica e qualificada, que incide politicamente na gestão pública e na sociedade como um todo.

SOBRE A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL LGBT – GESTÃO 2014-2016

O Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT) foi criado em 10 de fevereiro em 2014, a partir da Lei nº 12.946, fruto da mobilização e luta do movimento LGBT baiano, que fez fortes e

qualificadas pressões frente a ausência de medidas estatais que dessem conta de atender as demandas sociais da população LGBT.

A primeira gestão do CELGBT foi empossada no dia 19 de setembro de 2014 e desde então tem apreendido esforços no sentido de consolidar a estrutura interna do Conselho e de institucionalizar a política pública LGBT no Estado da Bahia. Na prática, isso se materializou na implementação de instrumentos regulamentação e operacionalização do Conselho, como o regimento interno recém publicado, a implantação das comissões e as articulações intersetoriais para desenho do Plano Plurianual 2015 (PPA) - visando a superação da inexistência de recursos para o financiamento das ações e políticas LGBT.

A Gestão 2014/2016 do CELGBT realizou: **treze reuniões ordinárias**, as quais além de terem como pauta as discussões sobre demandas da população LGBT, se debateu e construiu o processo de estruturação interna do Conselho, recente organismo de participação e controle social; **doze conferências territoriais**, garantindo e ampliando a participação social da população LGBT que vive nos diversos territórios de identidade da Bahia; a **IIIª Conferência Estadual LGBT**, cuja temática foi *"Zero Violência Contra a População LGBT - Construindo uma Bahia que Respeite a Diversidade Sexual e de Gênero"*, agregando centenas de ativistas, pesquisadoras(es), gestoras(es), servidoras(es) e cidadãos(os) baianos(os); a **Plenária Interconselhos**, envolvendo os demais conselhos da pasta dos direitos humanos, buscando transversalizar os saberes e práticas; a **Conferência Livre de Juventude LGBT** em parceria com o Conselho Estadual de Juventude; e o **III Maio da Diversidade**, em conjunto com as demais dezenas de entidades do movimento social e a Coordenação de Políticas LGBT da SJDHDS.

Os impactos das ações iniciais do CELGBT dizem respeito a própria efetivação desse espaço de controle/participação social, buscando fortalecer a sua legitimidade enquanto instância consultiva, bem como institucionalizar a política pública LGBT, possibilitando assim que as ações LGBT se tornem políticas de Estado.

COMPOSIÇÃO DO PLENO – GESTÃO 2017/2019

Poder público: 15 órgãos.

Sociedade civil: 15 entidades titulares + 11 entidades suplentes. 26 entidades compartilhando a gestão.

(Ver nominata em anexo)

SOBRE PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A GESTÃO 2017-2019

O Conselho renovou suas representações, manteve a eleição de entidades do interior (muitas com capilaridade de atuação em rede no interior e na capital, como a Viva Gente), inovou com entidades que dialogam com a zona rural (como o MST), com entidades de classe (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS e OAB), coletivos artístico-culturais (como Das Liliths), empresários/as LGBT (como Burlesque), entidades de lésbicas (Fórum Enlesbi, Liga Brasileira de Lésbicas e Marcha Mundial das Mulheres), e trans (como ATRAÇÃO) e de jovens negros de periferia (como ENEGRECER e Desabafo Social).

A ampliação da pluralidade da composição deste novo pleno nos dá a esperança e maior capacidade de uma atuação qualificada e propositiva, agregando setores importantes e protagonistas na luta pela defesa intransigente dos direitos humanos da população LGBT baiana.

A trajetória percorrida nos últimos anos, nos possibilitou identificar e conhecer as demandas da população LGBT baiana. **Urge nesse momento que a sociedade civil e o poder público somem esforços no sentido de garantir os desdobramentos políticos deliberados no pleno do Conselho, nas conferências territoriais e estaduais, visando institucionalizar as necessidades sociais da população LGBT.**

PRINCIPAIS AÇÕES ESTRATÉGICAS – PLANEJAMENTO 2017/2018

1. Elaboração da minuta do Plano Decenal de Políticas LGBT do Estado da Bahia;
2. Articulação para implementação do plano via normativa com força de lei;
3. Regulamentação do Decreto Estadual nº 17.523 de 23 de março de 2017, que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública estadual;
4. Revisão e reatualização do regimento interno;

5. Monitoramento das ações e políticas desenvolvidas pelos poderes públicos;
6. Monitoramento do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBT da Bahia;
7. Articulação para a criação e implementação da Rede de Enfrentamento contra População LGBT.

DA ESTRUTURA DO CONSELHO LGBT

Messa diretora – presidência, vice-presidência e secretária executiva.

Mesa diretora ampliada - presidência, vice-presidência, secretária executiva e coordenadoras(es) das câmaras temáticas.

Câmaras Temáticas - 1. Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Fiscalização do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT; 2. Normas e Acompanhamento das Proposições Legislativas; 3. Comunicação, Informação e Pesquisa; e 4. Monitoramento, Prevenção e Combate à violência contra a população LGBT.



LAÍS PAULO DE JESUS
Coordenadora Adjunta
Matrícula: 82604906-2

Coordenação de Políticas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais